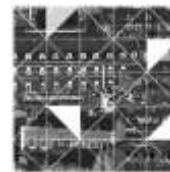

CIDADES, Comunidades e Territórios



Organizações culturais e apoio público local: Que territórios e desafios?

Vera Borges¹, DINÂMIA' CET-IUL e ICS-UL, Portugal.

Tiago Lima², UFParaíba e ICS-UL, Brasil.

Resumo

Este artigo apresenta algumas das conclusões de um estudo em curso sobre as organizações culturais com apoio público, neste caso a modalidade de financiamento dos Acordos Tripartidos da DGArtes-SEC, que resulta de uma colaboração do Estado com os municípios e as estruturas culturais locais. Analisamos como acontece este tipo de financiamento das organizações culturais, tendo em conta o trabalho cultural das organizações, as trajetórias dos seus profissionais e as suas ligações ao território. Descrevemos o que fazem estas organizações, as suas novas missões, os efeitos e os desafios que estão na base deste tipo de apoio às artes. O artigo termina com a apresentação de uma tipologia de projetos culturais apoiados nas comunidades intermunicipais e nas áreas metropolitanas portuguesas, um estudo de caso ilustrativo e a sua discussão em torno das lógicas coletivas e individuais e de como se confundem, reforçam e alimentam no cenário dos apoios públicos locais.

Palavras-chave: cultura, políticas públicas locais, organizações, território.

Contextualização: Dois eixos de apoio público com vocação local

O diretor da d'Orfeu, estrutura cultural criada em 1995, situada em Águeda³, descreveu da seguinte maneira o início da sua trajetória profissional e a importância dos apoios da DGArtes-SEC para o reconhecimento local da entidade que dirige⁴:

"Fiz uma trajetória natural. Éramos quatro irmãos a trabalhar aqui na companhia; eles começaram primeiro e eu segui-os. Fiz o Conservatório, éramos todos músicos. Eu continuei a trabalhar aqui em

¹ vera.borges@iscte.pt.

² tiago.souzalima@outlook.com.

³ Águeda situa-se na comunidade intermunicipal de Aveiro e está a 240 km de Lisboa e a 72 km do Porto.

⁴ DGArtes-SEC é a abreviatura de Direção-Geral das Artes-Secretaria de Estado da Cultura.

full-time (...). Nós estamos a crescer e a nossa dependência do apoio local diminuiu. Fomos dos primeiros a ter este tipo de apoio do Estado, começámos com um município e hoje são cinco”

(L. Fernando, diretor, músico, 43 anos, entrevistado a 4.07.2014).

No início, a missão da estrutura era o ensino e a prática de música tradicional. No entanto, nos últimos 10 anos, a equipa alterou a missão e o trabalho artístico da organização e, apesar de a música continuar a ser valorizada, tornou-se mais interessante para a equipa a aposta na transdisciplinaridade das experiências artísticas, optando-se pelos cruzamentos disciplinares, programando música, espetáculos de teatro musical e novo circo, destinados a uma maior variedade de públicos locais.

Em 2014, a estrutura apresenta uma equipa de 12 colaboradores com contratos a tempo inteiro (dois deles completam o estágio profissional) e, para lá das atividades artísticas, a equipa desenvolve um conjunto de atividades conexas como a formação e a ocupação de tempos livres de jovens alunos das escolas e instituições sociais locais. A estrutura produz e apresenta os seus programas culturais em cinco municípios que se concentram na comunidade intermunicipal de Aveiro. Nesta fase da entrevista, o diretor considerou que a nova missão da estrutura tem a tripla função de articular a experiência local, o trabalho artístico e os apoios públicos:

“Nós fazemos engenharia para encontrar modelos que possam ser interessantes para os municípios e os municípios apreciam o investimento institucional da DGArtes, o investimento do Estado. Eles [os municípios] reconhecem o nosso trabalho, claro. Mas um fator decisivo para o nosso reconhecimento é o apoio do Estado; têm um protocolo com a DGArtes, não é connosco. E felizmente quando as câmaras mudaram isso não afetou a relação que tinham connosco.” (L. Fernandes, idem).

As palavras deste diretor mostram que existe um esforço por parte da estrutura artística e dos seus profissionais para se adaptar às lógicas de reconhecimento estatal, articulando-se este tipo de reconhecimento com o trabalho local da entidade. O principal objetivo deste artigo é precisamente compreender as lógicas individuais e as lógicas coletivas subjacentes a este “mundo das artes” (Becker, 1982) e como estas se confundem, reforçam e alimentam nos diferentes cenários locais.

Inicialmente expõem-se os dois eixos de apoios públicos centrais com vocação local, incidindo brevemente na ação das Direções Regionais de Cultura (DRC) e, depois, com mais detalhe, nos Acordos Tripartidos da DGArtes (2014)⁵. De seguida, apresentam-se as missões, os projetos das entidades com Acordo Tripartido e os efeitos e desafios deste tipo de apoio público com vocação local. O artigo termina com a apresentação de três perfis de projetos e a discussão de um estudo de caso. Na base deste artigo está a sistematização de um conjunto de informações que resultam de uma pesquisa *in progress*, onde se avaliam e antecipam os cenários de evolução das organizações culturais portuguesas, através da monitorização sociológica, muito próxima das entidades financiadas pela DGArtes-SEC com os apoios diretos (bienal e quadrienal), os acordos tripartidos, os apoios pontuais, apoio à internacionalização das artes e o programa Pegada Cultural-Artes e Educação.⁶

As características das organizações culturais, os seus profissionais, os novos modos de participação dos seus públicos e os territórios onde operam são fundamentais para definir diferentes modalidades de financiamento das artes e da cultura. A permanente reinvenção destas estruturas, com atividades de espectro mais alargado, implicações culturais e sociais distintas e forte dinamização local são a prova de que arte e cultura vivem profundos desafios: da variedade de objetivos e missões que empreendem, como a busca de autoconhecimento até à inclusão social das populações e a sua qualidade de vida, o desenvolvimento económico e o emprego, o estímulo e a revitalização dos territórios, bem como o envolvimento e a participação nas artes, e na vida pública em geral.

⁵ Estes Acordos são uma das modalidades de apoio público desta Direção Geral, em colaboração com as autarquias locais e as organizações culturais, localizadas nas diferentes comunidades intermunicipais.

⁶ O projeto intitula-se “Tratamento analítico de dados das entidades artísticas apoiadas pela DGArtes” e é desenvolvido na linha temática Cidades e Territórios, do DINÂMIA CET-IUL, sob a coordenação de V. Borges.

Uma análise mais fina dos projetos e contextos de ação quotidiana das estruturas e dos seus intervenientes (Borges e Lima, 2014a; Borges, 2014b) evidencia uma particularidade cujo interesse merece escrutínio, utilizando-se agora uma estratégia de pesquisa mais focalizada: trata-se da dimensão local da cultura financiada pelo Estado através das Direções Regionais de Cultura (DRC) e de concursos específicos da DGArtes-SEC, como os Acordos Tripartidos. Estes Acordos e a nova geografia que protagonizam (v. gráfico 1 e tabela 7) contemplam 40 organizações culturais e 35 municípios, em 2014.⁷ Daqui resulta a necessidade de conhecer e descrever os contextos específicos em que estas organizações e comunidades locais se cruzam, enlaçam e envolvem, seguindo lógicas individuais e coletivas singulares e baseando-se em experiências artísticas capazes de envolver crianças, jovens e seniores.

Nos últimos 20 anos, a diversificação das organizações culturais a operar em Portugal acentuou-se. Na base dessa diversificação organizacional estão alterações profundas das equipas artísticas, mais reduzidas e com contratos temporários (como mostrámos para o teatro, v. Borges, 2007, 2008), mas estão também as alterações dos seus universos de trabalho, a natureza das interações experienciadas entre as equipas e os públicos e as políticas de incentivo desenvolvidas pelas coletividades territoriais locais e pelo Estado (Borges e Lima, 2014).

Tal como acontece por via dos apoios realizados pelas DRC à música, leitura e aos livros, à cultura popular, fanfarras, ranchos folclóricos, cinema e multimédia, grupos de teatro, as práticas e experiências culturais expõem hoje a população a uma socialização artística mais precoce, permanente e realizada localmente, com forte convivialidade das estruturas com a comunidade. Embora estas “pequenas forças” não tenham reduzido a concentração geográfica das organizações, públicos e iniciativas nas áreas metropolitanas, permitiram reforçar e ancorar localmente as dinâmicas das organizações culturais, em grande medida pela natureza e impacto do seu trabalho cultural realizado junto dos públicos-locais.

A dimensão local do trabalho desenvolvido pelas organizações culturais merece destaque pela força crescente das iniciativas de bairro ou iniciativas de proximidade. As experiências e ligações das organizações com os seus públicos não são de hoje, mas multiplicam-se nos nossos dias de forma muito criativa e vão da oferta de atividades destinadas à formação do “olhar” do espectador (ações de formação e sensibilização do público que os artistas organizam e que são avaliadas pelas instâncias públicas), até às *démarches* participativas como os seminários de música, as ações de formação em tecnologias digitais que associam as organizações aos mais jovens e à população sénior, participantes ativos nos processos de criação de espetáculos, filmes e projetos de bairro.

A visibilidade destas experiências culturais em ligação com as comunidades locais alargou-se graças à pertinência do trabalho artístico e pelo seu retorno social. As lógicas de afirmação do localismo cultural, muito visível no perfil de atividades apoiadas nas regiões Norte e Centro do país, são encorajadas não só pelos municípios, mas também pela ação das DRC (figura 2 e tabela 2). Depois em articulação com o apoio público central, as organizações culturais têm desta forma mais condições para ampliar o seu trabalho e o seu reconhecimento.

A tabela 1 apresenta uma síntese do número de apoios e montantes atribuídos pelas DRC às estruturas culturais entre os anos 2010 e 2012.

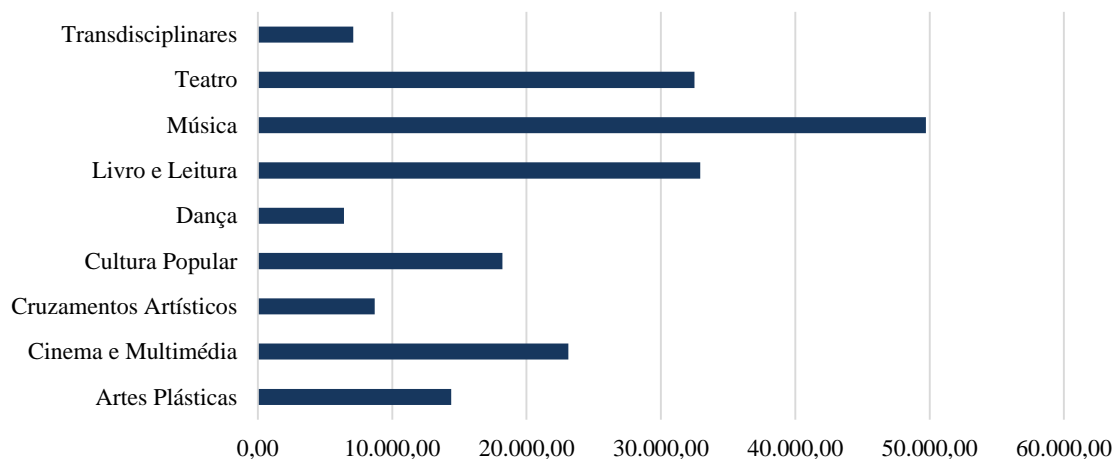
⁷ Em 2014, são 219 as organizações de criação, produção e difusão cultural financiadas pela DGArtes-SEC, mas estima-se que existam a operar mais 863 estruturas e projetos, sem apoio direto da DGArtes, de acordo com os dados extraídos pela instituição e que os autores compilaram no âmbito do estudo “Mapear os recursos” (Borges e Lima, in Garcia: 98-126).

Tabela 1. Número de entidades artísticas apoiadas pelas direções regionais (2010 - 2012).

| Região | Nº de organizações apoiadas | Nº de apoios | Apoio médio |
|-------------------|-----------------------------|--------------|-------------|
| Alentejo | 39 | 64 | 5.024,8 |
| Algarve | 79 | 101 | 2.175,2 |
| Centro | 133 | 237 | 1551,4 |
| Lx e Vale do Tejo | 38 | 53 | 7.938,0 |
| Norte | 168 | 217 | 889,7 |

Fonte: Elaboração dos autores com base na informação fornecida pelas Direções Regionais de Cultura e Diários da República (v. Garcia, 2014: 98-126).

A região Norte tem um elevado número de estruturas apoiadas (168), embora os valores médios atribuídos sejam os mais baixos. A região de Lisboa e Vale do Tejo concentrou o menor número de organizações apoiadas (38), seguindo-se-lhe o Alentejo (39). A região de Lisboa e Vale do Tejo concentra os apoios médios mais elevados face às restantes regiões do país. O Centro é a segunda região com o maior número de estruturas apoiadas (133) e o elevado apoio às bandas filarmónicas e ranchos folclóricos merece ser aqui sublinhado (tabela 2). Já na região Norte destaca-se o apoio à música (e o seu montante total), depois o apoio ao teatro, livro e leitura. O apoio médio realizado às artes plásticas também merece ser notado (figura 2).

Figura 2. Montante investido pela Direção Regional do Norte por área artística, entre 2010-2012 (euros)

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados fornecidos pela DRC Norte.

Na Direção Regional Centro destaca-se o investimento nas bandas filarmónicas e sociedades musicais. Esse investimento é estimado num total de 222.584,64 euros, entre 2010 e 2012, de que aqui se ilustra apenas uma parte (v. tabela 2, com os apoios mais significativos). Sublinha-se ainda o apoio às estruturas teatrais, cinematográficas e de estudos etnográficos: os grupos de teatro A Escola da Noite e Nariz; o Centro de Estudos Cinematográficos de AAC, a associação Os Serranos e a Associação Cultural Música e Teatro à Parte.

Tabela 2. Ilustração de parte do investimento mais significativo nas bandas filarmónicas e sociedades musicais (Direção Regional Centro, 2010-2012).

| | Município | Organização cultural | Total |
|----------------|--------------------|---|-----------|
| Aveiro | Albergaria-a-Velha | Associação Recreativa e Musical Amigos da Branca | 24.110,25 |
| | Albergaria-a-Velha | Banda Velha União Sanjoanense | 9.368,44 |
| | Albergaria-a-Velha | Banda Recreativa União Pinheirense | 7.192,59 |
| | Ílhavo | Banda Dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo | 6.823,85 |
| Castelo Branco | Covilhã | Ass. Recreativa Musical Covilhanense-Banda da Covilhã | 4.426,15 |
| Coimbra | Arganil | Associação Filarmónica de Arganil | 4.153,38 |
| | Montemor-o-Velho | Filarmónica Instrução E Recreio de Abrunheira | 4.889,96 |
| | Montemor-o-Velho | Associação Filarmónica União Verridense | 4.587,19 |
| Guarda | Gouveia | Ass. Da Orquestra Ligeira de Gouveia | 4.392,52 |
| | Gouveia | Ass. Musical Gouveense Pedro Amaral Botto Machado | 7.677,52 |
| | Manteigas | Ass. Rec. Filarmónica Popular Manteiguense | 8.272,57 |
| | Manteigas | Banda União Música Velha | 4.473,25 |
| | Pombal | Sociedade Filarmónica Vermoilense | 3.132,51 |
| | Leiria | Sociedade Artística Musical de Pousos | 3.286,14 |
| Viseu | Oliveira de Frades | Ass. Rec. Da Banda Marcial Ribeiradiense | 3.063,88 |
| | Vouzela | Sociedade Musical Vouzelense | 3.298,27 |

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de dados da DRC.

No que respeita o apoio da DGArtes-SEC, no âmbito dos Acordos Tripartidos, mais localizados e em estreita colaboração com os municípios portugueses, são 14 as entidades com apoios tripartidos bienais (2013-2014) e 26 as entidades com apoios tripartidos quadrienais (2013-2016). Como se pode ver na tabela seguinte, os montantes mais significativos destinaram-se às regiões Norte (33,2%) e Centro (28,2%).

Tabela 3. Número e montante dos Acordos Tripartidos da DGArtes por região (1º semestre 2014).

| | Tripartido Bienal | Tripartido Quadrienal | Montante (1º semestre 2014) | % |
|-----------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------------|-------|
| Alentejo | 2 | 4 | 281.249,58 | 8,73 |
| Algarve | 2 | 1 | 162.668,74 | 5,05 |
| Centro | 3 | 3 | 910.404,27 | 28,27 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 2 | 9 | 795.951,63 | 24,72 |
| Norte | 4 | 8 | 1.070.219,02 | 33,23 |

Fonte: Boletim das Artes, Nº 3.

A contextualização destes dois eixos de financiamento de apoio público de vocação local, concedidos pelas DRC e pela DGArtes-SEC através dos seus Acordos Tripartidos, permite compreender a relação entre a produção cultural e artística e as diferentes comunidades territoriais, intermunicipais e seus municípios envolventes, e aferir os seus efeitos nas culturas comunitárias e na coesão social das populações. As organizações culturais e artísticas produzem espetáculos, mas desenvolvem cada vez mais atividades conexas, de formação e sensibilização dos seus públicos com a sua participação efetiva nos workshops, seminários e espetáculos; por seu turno, os seus responsáveis envolvem-se de forma mais implicada na vida da comunidade local e na programação dos teatros e salas de espetáculos municipais. Os dois eixos de apoio público, que se apresentam de forma preliminar neste ensaio, assumem-se como importantes fontes de reconhecimento local, pelo que devem ser discutidos conjuntamente com o objetivo de ampliar os efeitos dos apoios públicos das DRC (em função do valor simbólico concedido às práticas culturais locais de cada região), aferir a sua real implicação na coesão social das populações locais e os moldes em que se pode/deve replicar o modelo de “financiamento local da cultura” da DGArtes-SEC.

2. Enquadramento teórico-empírico: entre a tipologia de contextos de ação e as práticas quotidianas dos agentes

Este artigo constrói-se tendo por base uma pesquisa em curso (ver nota 2). A sua estratégia metodológica permite avaliar e monitorizar em tempo útil o comportamento das organizações artísticas portuguesas. A pesquisa é realizada em parceria com colegas, técnicos e estruturas artísticas, e é iminentemente orientada para a ação. Esta pesquisa ativa um importante laboratório de dados atuais, permanentes e disponíveis para as instituições que definem as políticas públicas nacionais e locais e para a comunidade científica em geral (Ubaldi, 2013). Por essa razão, as hipóteses que orientam este artigo são teórico-empíricas e promovem uma fertilização cruzada de abordagens conceituais e metodológicas, com reforço das evidências empíricas, da observação das práticas quotidianas dos atores sociais, suas organizações, problemas e desafios concretos (Borges, Costa e Graça, 2014).

Contribuem para este artigo, os trabalhos que analisam a relação da arte, as suas organizações e o Estado (Alexander e Bowler, 2014), em particular a análise da importância da “proximidade” das políticas públicas locais (Johanson, Glow, Kershaw, 2014a, b) e o seu papel no envolvimento das populações nas atividades artísticas com benefícios para o bem-estar dos residentes locais. Destaca-se ainda o contributo oriundo de pesquisas que avaliam o impacto social e individual das experiências artísticas (McCarthy, Ondaatje, Zakaras, Brooks, 2004), a importância das instituições não lucrativas, as suas missões e constrangimentos na produção e distribuição da cultura (DiMaggio, 1987), a participação da comunidade nas artes e os efeitos conjugados das decisões dos governos locais (Jackson, Herranz, 2002; Greffe e Plieger, 2005; Jackson, Kabwasa-Green, Herranz, 2006). A análise das estruturas, ancoradas localmente e da sua importância para a cultura e para o território pelos seus públicos-participantes, apoia-se nos trabalhos anteriores de Borges (2001, 2007, 2014a,b), Sinigaglia (2013), Lopes e Dias, (2014), Borges e Lima (2014) e Urrutiaguer (2014) que dão a ver as condições e o posicionamento das organizações culturais no território, nomeadamente as estruturas teatrais, e sublinham o interesse e os desafios do financiamento público, central e local, na lógica do desenvolvimento sustentável destas organizações e da participação dos públicos locais.

A hipótese principal que guia o presente artigo é que a relação que existe entre as estruturas artísticas (com Acordo Tripartido) e o território onde estão localizadas é determinada, conjuntamente, pela estruturação e funcionamento de um meio cultural regional específico e pela posição, trajetórias profissionais e estratégias dos seus diretores e equipas. Para conhecer e descrever estas dimensões de análise utilizam-se metodologias complementares. A análise hierárquica de *clusters* tem o propósito de encontrar não só as semelhanças e partilhas de intenções, objetivos e resultados dos projetos, mas também aquilo que os diferencia. No campo artístico, a diferenciação e distinção do projeto, a trajetória profissional do responsável, o modelo organizacional e de divulgação, os tipos de participação dos públicos, a relação com a comunidade local, são fatores-chave para

o sucesso e para a sustentabilidade de cada organização cultural. Por seu turno, o estudo de caso (d'Orfeu Associação Cultural) apresentado, assente na entrevista (semiestruturada) e na observação do quotidiano de trabalho da estrutura e das suas equipas, assume uma dimensão mais próxima dos agentes, uma dimensão que valoriza as lógicas de trabalho local da entidade, aqui escolhida para sublinhar a diversidade de experiências e relações da organização com os públicos (v. a este propósito Ragin e Becker, 1992, que são uma fonte de inspiração para a estratégia metodológica “múltipla” da investigação em curso).

O artigo aproveita também a experiência de trabalho proveniente de pesquisas anteriores (Borges, 2001, 2007, 2009), a participação da autora nas comissões de acompanhamento e avaliação das estruturas apoiadas pelo Estado (2009-2013), as entrevistas e conversas informais que realizou (que acabam por se traduzir na procura e teste de metodologias mais formais), os documentos que lhe foram disponibilizados pelas estruturas. Vamos, por fim, centrar esta análise e discussão dos projetos culturais com Acordo Tripartido, promovendo uma breve reflexão em torno das políticas públicas culturais, orientada para as experiências das organizações, procurando deixar pistas que interessem diretamente à entidade pública responsável pelo financiamento, mas também às estruturas e aos seus responsáveis.

3. Principais resultados e discussão

Os 23 projetos com Acordo Tripartido e as 23 entidades principais - que representam as entidades candidatas a esta modalidade de apoio - e as suas 17 entidades parceiras que participam em sete dos projetos financiados são apresentados na tabela 4. Importa precisar a localização geográfica dos projetos e das suas estruturas principais: foram tomadas como unidade de análise as 16 comunidade intermunicipais e as duas áreas metropolitanas portuguesas para uma observação mais localizada dos contextos de ação dos projetos com financiamento “tripartido” da DGArtes-SEC.

Tabela 4. Projetos tripartidos, entidades principais e entidades parceiras⁸

| Projeto (nome da candidatura) | C.I. / A. M. principal | Entidade principal (ou candidata) | Entidade(s) Parceira(s) (co-candidatas) |
|---|-------------------------------|--|---|
| Projecto M | C.I. do Alentejo Central | O Espaço do Tempo - Associação Cultural | Alma D'Arame, Associação Cultural, Oficinas do Convento, Projecto Ruínas Associação |
| Dansul - Dança para a comunidade no Sudeste Alentejano | C.I. do Baixo Alentejo | AMDA - Associação em Mértola Para Desenvolver e Animar | |
| Festival Sete Sois Sete Luas. Descentralização, criação e produção | C.I. do Alto Alentejo | Associação Sete Sóis Sete Luas | |
| Casabranca / LAC - laboratório de actividades criativas: candidatura bienal | C.I. do Algarve | Casa B - Associação Cultural | LAC - Laboratório de Actividades Criativas |
| ACTA - criação e programação | C.I. do Algarve | ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve | |
| Criação teatral e programação cultural | C.I. do Dão-Lafões | Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT) | |
| D'Orfeu 2013-2016 | C.I. da Região de Aveiro | d'Orfeu Associação Cultural | |
| Linhas Cruzadas - O Teatrão / Jazz ao Centro / Círculo de Artes Plásticas / Casa da Esquina | C.I. da Região de Coimbra | O Teatrão | Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, Casa da Esquina - Associação Cultural, O JACC - Jazz ao Centro Clube |
| Teatro Viriato | C.I. do Dão-Lafões | Centro de Artes do Espectáculo de Viseu, Associação Cultural e Pedagógica (Teatro Viriato) | |
| Acordo Tripartido Quadrienal Lisboa | A. M. de Lisboa | Associação Zé dos Bois | Duplacena, Produção e Realização de Festivais, Espetáculo, CEM - Centro em Movimento, Associação Vo'arte, A Tarumba, Karnart Criação e Produção de Objectos Artísticos Associação |
| Banda de Alcobaça Tripartido final | C.I. do Oeste | Banda de Alcobaça | |
| Companhia de Teatro de Almada | A. M. de Lisboa | Companhia de Teatro de Almada, CRL | |
| Associação Cultural Materiais Diversos | C.I. do Médio Tejo | Associação Cultural Materiais Diversos | |
| Associação Cultural Teatro dos Aloés | A. M. de Lisboa | Associação Cultural Teatro dos Aloés | |
| Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras | A. M. de Lisboa | Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras | |
| Programa de criação, formação e divulgação teatral do Teatro da Rainha | C.I. do Oeste | Associação Republicana da Rainha e Etc | |
| Tripartido - Comédias do Minho - Associação para a Promoção de Atividades Culturais no Vale do Minho | C.I. do Alto Minho | Comédias do Minho - Associação para a Promoção de Actividades Culturais no vale do Minho | |
| Anagrama | A.M. do Porto | A Circular Associação Cultural | Curtas Metragens - Cooperativa de Produção Cultural Crl, Lafontana Produções Artísticas, Unipessoal Lda |
| Festival internacional de música da póvoa de varzim (35ª edição) | A.M. do Porto | Associação Pró-Música da Póvoa de Varzim (Festival Internacional de Música) | |
| Teatro de elite para todos os públicos | C.I. do Douro | Peripécia Teatro, CRL | |
| Liberdade. Solidão. Cidadania. Viagem. | C.I. do Cávado | CTB - Companhia de Teatro de Braga, CRL | |
| Santa Maria da Feira # Território + Cultura # | A.M. do Porto | Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira | BCN - Ballet Contemporâneo Do Norte, Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços Brandão - CIRAC |
| Artes Performativas - Guimarães 2013-2016 | C.I. do Ave | A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, Ciplr | Útero Associação Cultural |

Fonte: Elaboração dos autores (v. Boletim das Artes, Nº 3).

⁸ Para consultar todas as entidades artísticas com Acordo Tripartido e o valor médio anual do apoio atribuído pela DGArtes, v. Boletim das Artes, Nº 3.

A análise hierárquica de *clusters* apresentada tem como o objetivo encontrar as similaridades e as diferenças entre os contextos de ação dos projetos com Acordo Tripartido e a sua atividade, desenvolvida no primeiro semestre de 2014. Para realizar esta análise utilizam-se as variáveis: montante de apoio público, número de atividades realizadas pelas entidades, número de apresentações, número de bilhetes emitidos e existência (ou não) de entidades parceiras. Na tabela 5 apresentam-se os valores médios para cada variável nos três *clusters* considerados. É possível afirmar que o *cluster 1* concentra os projetos com os valores médios mais baixos nas variáveis analisadas e, por contraponto, o *cluster 3* agrupa os projetos tripartidos que desenvolvem o maior número médio de atividades, apresentações e bilhetes emitidos, e detém o maior montante de apoio público.

Tabela 5. Valores médios por variável e por *cluster* (1º semestre de 2014)

| | Cluster 1 (N = 9) Projetos <u>sem</u> entidades parceiras | Cluster 2 (N = 7) Projetos <u>com</u> entidades parceiras | Cluster 3 (N = 7) Projetos <u>sem</u> entidades parceiras |
|------------------------------------|--|--|--|
| Número de atividades | 2,44 | 4,14 | 5,86 |
| Número de apresentações | 15,89 | 33,71 | 52,00 |
| Número de bilhetes emitidos | 1.035,44 | 2.428,86 | 8.087,71 |
| Média do montante de apoio público | 70.110,31 | 97.176,29 | 196.230,68 |

Fonte: Boletim das Artes, Nº 3.

Perfis de trabalho dos projetos com Acordo Tripartido: três clusters de projetos

O *cluster 1* agrupa nove projetos e apresenta os valores médios mais baixos nas variáveis adotadas. Os projetos tripartidos deste *cluster* não são realizados em parceria com outras entidades artísticas. Os projetos e as suas estruturas estão localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa (2) e do Porto (1) e nas comunidades intermunicipais do Alto Alentejo (1), Baixo Alentejo (1), Médio Tejo (1), Oeste (2), e Algarve (1).

O *cluster 2* agrupa sete projetos e apresenta o segundo maior apoio público médio, estando ainda à frente do *cluster 1* pelo número de atividades, apresentações e bilhetes emitidos. Neste *cluster* concentram-se todos os projetos que têm entidades artísticas parceiras. Estes projetos localizam-se nas A.M. do Porto (2) e de Lisboa (1) e nas C. I. de Coimbra (1), Ave (1), Alentejo central (1) e Algarve (1).

O *cluster 3* tem sete projetos se é aquele que concentra o maior montante médio de apoio público e que desenvolve o maior número de atividades, com destaque para o elevado número de bilhetes. Os projetos no *cluster 3* não têm entidades parceiras e estão localizados na A.M. de Lisboa (1), Viseu Dão-Lafões (2), Cávado (1), Douro (1), Alto Minho (1) e Aveiro (1).

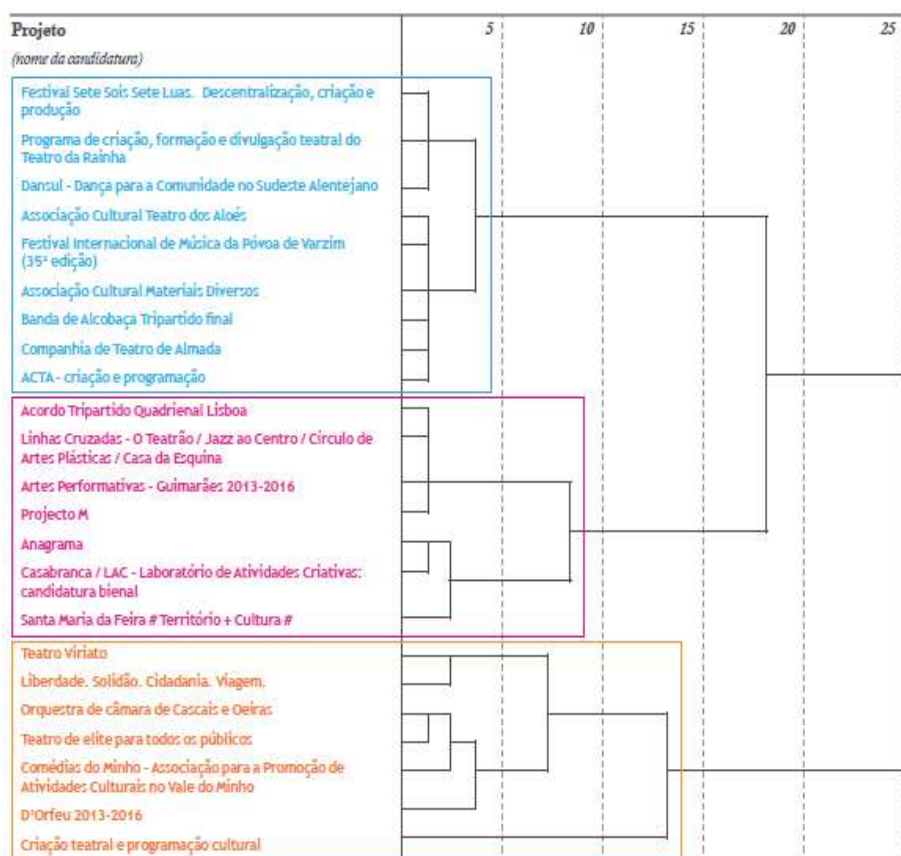
Se tivermos em conta a natureza específica da atividade artística realizada por cada entidade e projeto considerado, a sua relação com a comunidade local, os modos de participação da população, entre outros elementos que importam analisar para avaliar o impacto social do trabalho das entidades artísticas, verificamos que a diversidade de contextos de ação das estruturas é muito forte no interior de cada *cluster*, tal como descrevemos a seguir (v. gráfico 1).

No primeiro *cluster* agrupam-se dois festivais de música (Sete Sóis Sete Luas, no Alentejo, e o Festival Internacional de Música, Póvoa do Varzim, a Norte, na área metropolitana do Porto) e a Banda de Alcobaça. A

Associação Cultural Materias Diversos, na área de Lisboa e Vale do Tejo, Médio Tejo, promove a difusão dos trabalhos dos seus artistas associados, com apresentações internacionais, nomeadamente em festivais (Berlim, Genebra, Vienna), e a organização e difusão do seu próprio festival. Situam-se ainda neste *cluster* os grupos de teatro ACTA, Teatro da Rainha, Teatro dos Aloés e a Companhia de Teatro de Almada.

No segundo *cluster* concentram-se os projetos “Anagrama”, “Casa Branca” e “Santa Maria da Feira Território + Cultura”, “Acordo Tripartido Quadrienal de Lisboa”, “Artes Performativas – Guimarães 2013-2016”, Linhas Cruzadas e Projeto M. A semelhança dos projetos reside não só no médio de atividade (4) realizadas no segundo semestre de 2014, mas também nas parcerias/associações colaborativas de organizações mais reconhecidas com outras entidades artísticas locais que, por esta via, ampliam a sua intervenção e ganham algum fôlego e dinâmica de trabalho regular. São muitas vezes estruturas de dimensões mais reduzidas mas com uma atuação local determinante e com atividades ora mais amplas e multidisciplinares, ora mais específicas e ligadas a um domínio artístico principal, como o teatro, por exemplo.

Gráfico 1. Três *clusters* de projetos tripartidos



Fonte: Boletim das Artes, Nº 3.

O “Acordo Tripartido Quadrienal de Lisboa” (a operar na área metropolitana de Lisboa), liderado pela Galeria Zé dos Bois, reúne mais cinco entidades parceiras (Duplacena, CEM, Associação Vo'arte, A Tarumba, Karnart) e as suas atividades ligam-se às artes visuais e artes performativas, aproveitando a missão de cada uma das estruturas. As suas missões passam pela realização de encontros, residências das estruturas associadas, workshops, e atividades do seu serviço educativo, centrados na Galeria. Na mesma linha, o Projeto M (situado na comunidade intermunicipal do Alentejo Central), liderado pela estrutura O Espaço do Tempo agrupa três outros parceiros (Alma D'Arame, Oficinas do Convento, Projecto Ruínas) que atuam localmente, promovendo

residências artísticas mas também novas criações. A relação das quatro estruturas permite a consolidação das estruturas e contribui para a sustentabilidade de um projeto artístico em Montemo-o-Novo.

O projeto “Artes Performativas – Guimarães” (na comunidade intermunicipal do Ave) apresenta os Festivais Gil Vicente, espetáculos de teatro como *The Flick* e *Na solidão dos campos de algodão*; e ainda um conjunto de atividades do seu serviço educativo. Em geral, as atividades concentram-se no Centro Cultural de Vila Flor (auditórios, salas de ensaios, *Blackbox*). O projeto *Linhas Cruzadas* (Coimbra) é caracterizado pelos trabalhos artísticos de cruzamentos disciplinares e apresenta residências artísticas e trabalhos com os parceiros, como por exemplo, os “projetos à esquina” (são mercados de trocas). Já o projeto “Santa Maria da Feira Território + Cultura” (a operar na área metropolitana do Porto) incide nos cruzamentos disciplinares, embora a área da música seja privilegiada com a realização do 37º Festival Internacional de Música de Verão e o 2º Festival de Música de Verão dos Pequenos e Festival de Música Júnior.

Por seu turno, no terceiro *cluster*, o projeto do “Teatro Viriato” (Viseu) tem níveis médios semelhantes ao projeto “Liberdade. Solidão. Cidadania. Viagem”, da Companhia de Teatro de Braga. São duas estruturas que se caracterizam pelas fortes ligações com os municípios locais. Junta-se a estes o projeto das “Comédias do Minho” na medida em que os três são os projetos com maior número de atividades (sete) neste *cluster*. O projeto “Criação teatral e programação cultural” desenvolvido pela ACERT, em Tondela, com ligação regular ao Teatro Viriato (trabalhando numa amplitude regional que se apresenta reforçada) apresenta níveis de atividade mais elevados pelo número de apresentações (98) e pelo número de bilhetes emitidos (27679), realizaram seis atividades. A Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras tem níveis de atividade mais próximos do projeto “Teatro de elite para todos os públicos”, do Peripécia Teatro; os dois projetos realizaram cinco atividades cada um.

O *cluster 1* e o *cluster 3*, com níveis de produtividade tão diferentes, têm em comum o facto de não se associarem a outras entidades artísticas parceiras, estando, no entanto, associados aos municípios. A análise mostra que ter ou não ter outras estruturas artísticas parceiras não se configura relevante para os níveis de sucesso dos projetos. Estes dois *clusters* recebem o menor e o maior apoio público (médio) e concentram o menor e maior nível de atividade, respetivamente. Conclui-se que, além da diversidade dos trabalhos artísticos e culturais apresentados, é o tipo de apoio público, a modalidade e o montante desse financiamento, que fazem a diferença (quantitativa) entre os três *clusters* ou três tipos de projetos tripartidos.

Existem entidades artísticas que trabalham com montantes significativos e que, neste momento da análise, não se encontram no perfil que reúne os projetos com níveis médios de produtividade mais elevados (*cluster 3*). Estes resultados devem ser lidos tendo em conta: (i) a especificidade e a natureza da atividade artística dessas entidades e projetos, (ii) que não pressupõem um elevado número de apresentações, (iii) que não se destinam a um público alargado, (iv) ou, simplesmente, até 2016, as entidades têm pela frente (ainda) muito trabalho. É o caso da Companhia de Teatro de Almada, entidade que concentra o maior apoio público, mas neste semestre realizou metade das atividades (três) dos projetos do *cluster 3* e tem 25 apresentações. No entanto, os projetos são distintos e requerem uma análise prudente dos resultados quantitativos.

Nesta análise deve ainda considerar-se que a atividade artística desenvolvida pelas entidades não se limita à apresentação de novas criações e reposições de espetáculos/eventos. Por exemplo, verificou-se a presença forte de atividades conexas, como o apoio aos tempos livres e períodos de férias de crianças e jovens, através de ateliers, ensaios de espetáculos, e as atividades de ensino e formação que são em grande número e evoluem para linhas de atuação fundamentais no reconhecimento público das entidades, no apoio cultural e social aos municípios e à população local. As atividades de programação, no âmbito dos festivais, permitem consolidar parcerias e públicos locais e promovem a dinamização artístico-cultural das salas municipais.

Não avaliamos (ainda) o impacto social deste tipo de atividades, mas observámos o desenvolvimento de iniciativas diversas, que podem afinal não ter um carácter artístico tão forte. No entanto, consideramos que a diversidade de atividades culturais realizadas não fragiliza as entidades artísticas com este tipo de Acordo, como indica a correlação de Pearson (v. tabela 6), nem fragiliza as trajetórias dos seus profissionais, se for essa a sua vocação e missão, como acontece no caso da entidade d’Orfeu, estrutura que visitámos e cuja atividade e

públicos observámos. O desenvolvimento dos projetos aqui apresentados assume para as entidades artísticas um triplo desafio: (i) o de consolidar a sua posição enquanto estruturas culturais parceiras dos municípios (mais visível no *cluster* 3) e muito ativas na sua comunidade; (ii) o de manter associações e colaborações artísticas com colegas (formadores, artistas) e estruturas artísticas (visível no *cluster* 2) que, muitas informalmente, já dialogam e trabalham juntas; (iii) o de aumentar a visibilidade local das organizações culturais e imprimir um novo fôlego às equipas artística e de produção das estruturas.

Que território(s) para os apoios tripartidos?

Para fazer uma leitura geral da importância deste apoio público realizou-se uma correlação (de Pearson) entre o montante de apoio concedido pela DGArtes-SEC (Acordo Tripartido e diferentes modalidades de apoio) e os indicadores de produtividade que temos vindo a testar. Esses indicadores foram o número de atividades, número de apresentações e bilhetes emitidos (os restantes indicadores não apresentaram resultados significativos).

Tabela 6. Correlação (de Pearson) entre montante de apoio, tipo de apoio e indicadores de produtividade.

| | 2º Trimestre de 2014 Acordos Tripartidos | 2º Trimestre de 2014 Todos os apoios da DGArtes-SEC |
|-------------------------|---|--|
| Nº de atividades | 0,53** | 0,44** |
| Nº de apresentações | 0,41* | 0,32** |
| Nº de bilhetes emitidos | 0,30 | 0,18 |

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

A tabela 6 mostra que, no segundo trimestre de 2014, se verifica uma correlação mais forte e consistente (do que aquela que acontecera em 2012, v. Borges e Lima, 2014) entre o apoio público concedido pela DGArtes-SEC às entidades artísticas e o número de atividades e apresentações realizadas pelas mesmas⁹.

Em relação aos Acordos Tripartidos, considera-se que o número de atividades realizadas pelas entidades artísticas está mais fortemente correlacionado com este tipo de apoios ($r = 0,53$). Essa correlação diminui ligeiramente quando se adicionam à análise os outros tipos de apoio ($r = 0,44$), o que não significa que no geral as restantes entidades produzam menos espetáculos e atividades. Trata-se do efeito das diferentes modalidades de apoio da DGArtes-SEC. Neste caso, as entidades com apoios tripartidos, que apresentam uma vocação eminentemente local, têm níveis de atividade elevados (embora existam outros fatores associados à produção artística que não estão aqui em análise). O número de apresentações tem também uma forte correlação com os apoios tripartidos ($r = 0,41$), diminuindo depois quando são adicionados os outros tipos de apoio ($r = 0,32$), mostrando-se de novo a importância desta modalidade de apoio, com dinâmica local, e o possível retorno do investimento realizado. O número de bilhetes emitidos apenas se correlacionou fortemente com os apoios tripartidos (no primeiro semestre de 2014, foi realizado um elevado número de atividades, em particular pelas estruturas do *cluster* 3, v. gráfico 1).

Para descrever a relação entre o trabalho das estruturas e a sua localização geográfica, utilizou-se o mesmo procedimento e as mesmas variáveis. Os resultados são apresentados a seguir, na tabela 7:

⁹ O número de bilhetes não apresenta uma correlação estatisticamente significativa com o montante de apoio público. Convém esclarecer que áreas artísticas com menos apoio podem de forma circunstancial e ligada a eventos específicos, nacionais e internacionais, e devido à natureza específica da sua atividade artística, emitir mais ou menos bilhetes, o que acaba por dificultar a emergência de uma correlação entre apoios e bilhetes.

Tabela 7. Valores médios por variáveis e clusters para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas.

| | Cluster 1 (N = 11) | Cluster 2 (N = 3) | Cluster 3 (N = 1) |
|---|---|---|------------------------------|
| Número de atividades | 3,39 | 6,00 | 6,50 |
| Montante de apoio | 54.099,50 | 195.015,96 | 306.683,50 |
| Apresentações | 21,83 | 51,67 | 69,50 |
| Número de bilhetes | 1.792 | 4.817 | 20.303 |
| C. I. e A. M.* agrupadas por cluster | A. M. de Lisboa A. M. do Porto C. I. do Ave C. I. do Douro C. I. da região de Coimbra C. I. do Oeste C. I. do Médio Tejo C. I. do Alto Alentejo C. I. do Alentejo Central C. I. do Algarve | C. I. do Alto Minho C. I. do Cávado C. I. da região de Aveiro | C. I. de Viseu Dão Lafões |

Fonte: Elaboração dos autores.* C.I = Comunidade intermunicipal; A.M. = Área Metropolitana.

A análise reporta-se ao primeiro semestre de 2014 e é tomada como unidade territorial as comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas. Assim, o primeiro *cluster* agrupou nove comunidades intermunicipais e as duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O segundo *cluster* agrupou três comunidades intermunicipais (Alto Minho, Cávado e Aveiro) e o terceiro *cluster* agrupou uma única comunidade intermunicipal, Viseu e Dão Lafões.

Os *clusters* 2 e 3 destacam-se do *cluster* 1 pela montante de apoio, número de atividades, apresentações e bilhetes emitidos. Em relação ao *cluster* 1, que concentra diferentes comunidades intermunicipais, o *cluster* 2 tem o nível de produtividade mais elevado e concentra também maior apoio. No entanto, é o *cluster* 3 que apresenta sempre valores médios superiores em relação ao primeiro grupo e segundo (razão pela qual se optou por mostrar isoladamente). O território ou comunidade intermunicipal de implantação dos Acordos Tripartidos que mais se distingue é Viseu e Dão Lafões.

As duas entidades que operam nessa região são o Centro de Artes de Viseu, com o projeto “Teatro Viriato” e a ACERT, em Tondela, com o projeto “Criação Teatral e programação cultural” (v. gráfico 1). Estas entidades diferenciam-se pelo modelo de distribuição e divulgação dos eventos/agenda associados a cada projeto e que se traduzem num elevadíssimo número de bilhetes emitidos e um número de atividades e apresentações também elevado. As características dos seus modelos de organização exigem uma análise cuidada do trabalho artístico-cultural desenvolvido, dos modos de participação dos públicos e dos tipos de relação com a comunidade local. Estes são fatores-chave para o sucesso e a sustentabilidade destas estruturas culturais que pretendemos aprofundar nos próximos trabalhos.

Notas para um estudo de caso: entre as lógicas institucionais e sociais dos Acordos Tripartidos e o quotidiano dos seus agentes na d’Orfeu

A d’Orfeu é uma estrutura cultural portuguesa que tem a sua sede em Águeda (Aveiro), numa casa que foi doada por um particular aos bombeiros e depois cedida à estrutura. A casa dispõe de uma pequena biblioteca com

espólio documental sobre músicas tradicionais, duas salas de ensaios e outras de apoio à produção e divulgação, e um amplo espaço exterior onde se apresentam espetáculos ou realizam ensaios. Foi neste espaço que se reuniu uma centena de jovens para os últimos ensaios gerais do seu espetáculo para a festa municipal de Águeda. Depois de um ano de ensaios com objetos do quotidiano, os jovens com idades compreendidas entre os 7 e os 19 anos reuniram-se na d'Orfeu para afinar a intervenção de cada um na orquestra (notas do diário de campo, julho de 2014).

A d'Orfeu foi fundada por quatro irmãos músicos. Mas, em 2014, a direção é assumida apenas por um deles, L. Fernandes que considera “autodidata”, embora tenha concluído a licenciatura em música na Universidade de Aveiro, no quinto aniversário da d'Orfeu. Entre 2003 e 2004, a estrutura e a sua equipa viveram “travessias difíceis”, mas foram sedimentando o trabalho junto da comunidade local e o diretor passou a assumir as suas funções a tempo inteiro. O trabalho local da estrutura destaca-se (i) pelas redes colaborativas primárias que mobilizou, os sócios que participam colaborando de forma voluntária nas tarefas da estrutura; (ii) pelo conteúdo das atividades inter-associativas que a estrutura desenvolve, seminários para ranchos folclóricos e grupos de teatro amador sobre associativismo amador, marketing, gestão, fiscalidade e contabilidade associativa; (iii) pelos ateliers de dicção e comunicação destinados ao público em geral e a ocupação musical dos mais novos, depois das aulas.

Em 2007, o capital social e relacional que o responsável acumulou ao longo dos anos permitiu-lhe reunir os apoios locais (do município) que se consolidaram mais tarde com a atribuição de um financiamento central, o “tripartido bienal”, entre os anos 2009 e 2012. O momento é caracterizado como “a afirmação da força, do crédito do grupo”, confirmou L. Fernandes, durante a entrevista. Por seu turno, o apoio da DGArtes-SEC, através do Acordo Tripartido quadrienal (2013-2016), é entendido como uma oportunidade para a estrutura se tornar sustentável e traduz também o reconhecimento do trabalho da estrutura pela autarquia local e pelo seu público que enche a sala, no Cine-Teatro de Estarreja, para um espetáculo de música.

O apoio intermunicipal que a estrutura conseguiu consolidar pela associação de seis municípios - Águeda, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Ovar, Oliveira do Bairro, Estarreja - resulta da concepção de um modelo específico que o grupo pensa e reinventa com os parceiros a cada passo. L. Fernandes considera que o modelo deve ser interessante para os seus municípios parceiros (o evento FESTIM é disso exemplo), permitindo depois desenvolver o trabalho artístico da estrutura (o Gesto Orelhudo) e ampliar as ligações internacionais da estrutura (como acontece com o projeto que reúne estruturas de além-fronteiras, o OuTonalidades).

O Gesto Orelhudo é considerado por L. Fernandes a atividade que marca a verdadeira identidade do trabalho artístico da estrutura. O diretor descreve-a como a atividade artística propriamente dita. Tratam-se de espetáculos de “músico-teatrais” e de espetáculos de “novo circo” que determinam a sua denominação de estrutura de “cruzamentos disciplinares”. Neste sentido, a d'Orfeu cruza as atividades de criação nestas áreas, com a programação e difusão cultural. Promove ainda como prioridade a “consolidação regional” da estrutura, nas palavras de L. Fernandes. É um modelo que, neste caso, articula de forma bem sucedida a vocação da estrutura, as trajetórias profissionais das suas equipas, do seu diretor, mas também as características de um território e de rede cultural local, que convivem, se articulam e enlaçam numa missão local. Quando lhe perguntamos qual a estrutura artística com que mais se identificam, a resposta é a ACERT, em Tondela, na comunidade intermunicipal de Viseu Dão Lafões. Estaremos nós diante de missões culturais similares em amplitudes regionais mais alargadas?

Conclusões e desafios

O dinamismo das organizações e projetos desenvolvidos no seio de Acordos Tripartidos (eixo de apoio público de vocação local) revelou-se de elevado interesse para uma definição de territórios culturais. Três fatores-chave parecem concorrer para o reconhecimento destes projetos, bem como para a sustentabilidade das suas estruturas:

a modalidade de financiamento que prevê a participação concertada de municípios e da DGArtes; a geografia cultural e o localismo do projeto; as lógicas coletivas e individuais que se confundem, reforçam e alimentam nos (diferentes) cenários da cultura local. No entanto, os projetos analisados levantaram também questões importantes em torno da necessidade de consolidar colaborações e alianças estratégicas realizadas por parte das organizações culturais e dos municípios como fatores de sucesso. Na fase inicial, as DRC, com os seus apoios, vão ajudando a fortalecer as organizações (457 entidades foram apoiadas entre 2010-2012), como aliás tivemos a oportunidade de constatar no caso da estrutura parceira d'O Espaço do Tempo, do Projeto M: a associação Fio d'Arame (Montemor-O-Novo).

O eixo do financiamento público com incidência nas comunidades e atividades de organizações culturais locais, como os Acordos Tripartidos, originou o caso bem sucedido de Viseu Dão-Lafões, e apontou para três desafios:

(i) A missão das organizações culturais no seu território de implantação depende e é influenciada pela ação pública conjugada (central, local e intermunicipal). As organizações com Acordo Tripartido apresentam-se hoje como espaços de trabalho muito importantes, bem estruturados, com lógicas de profissionalização em rede que associam estruturas artísticas mais reconhecidas e outras que mostram ser parceiras de valor para uma atuação cultural muito diversa, mas forte;

(ii) As interações entre as lógicas individuais de carreira dos responsáveis pelas estruturas e pelos projetos “tripartidos” e as lógicas coletivas das entidades artísticas concorrem para ampliar o reconhecimento das estruturas e consolidar a sua missão local;

(iii) Podendo beneficiar de apoio institucional (com forte incidência nas dinâmicas culturais locais), as entidades consolidam e ampliam o seu enraizamento num território e aproximam-se das populações que reconhecem o seu valor e envolvimento na vida da região. Mas, está ainda por saber que tipo de relações existem entre os públicos e as entidades artísticas apoiadas pela DGArtes-SEC.

A capacidade de mobilização local das estruturas artísticas situadas fora das áreas metropolitanas parece jogar a seu favor, embora exija a adaptação de estratégias diversificadas de colaboração e de trabalho em rede por parte das entidades artísticas principais, cuja forma de intervenção está muito determinada pelos diferentes cenários locais. Mostrámos ao longo deste artigo que a modalidade de financiamento dos Acordos Tripartidos, promovida pela DGArtes, funciona como um meio de consolidar as alianças locais que cada entidade e responsável/diretor desenvolve ao longo dos anos.

Considera-se que a principal tendência de evolução deste tipo de financiamento local é a intensificação das relações das entidades artísticas com os municípios da região envolvente e da sua comunidade intermunicipal, o que permitirá (deverá) ampliar o número de municípios-parceiros. A prática dos Acordos Tripartidos deve pois servir como impulso para o funcionamento das entidades artísticas que já actuam na sua comunidade com impacto social e cultural, e até em amplitudes regionais mais amplas. O principal desafio das atuais estruturas com Acordo Tripartido e dos seus municípios passa pelo entendimento daquilo que - em conjunto e em diálogo permanente - os artistas, as entidades, os municípios, os públicos locais e a DGArtes-SEC entendem que deve e pode ser a atividade cultural de uma comunidade intermunicipal com o objetivo de promover novas e diversas geografias culturais (adequadas às especificidades de cada comunidade intermunicipal) mais fortes e dinâmicas no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexander, v. D., Bowler, A.E. (2014) “Art at the crossroads: The arts in society and the sociology of art”, *Poetics*, pp. 1-19.

Belfiore, E., Bennett, O. (2007) “Rethinking the social impacts of the arts”, *International Journal of Cultural Policy*, vol. 13, nº 2, pp. 135-151.

Borges, V. (2001) *Todos ao palco! Estudos sociológicos sobre o teatro em Portugal*, Lisboa: Celta Editora.

Borges, V. (2007) *O mundo do teatro em Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Borges, V. (2008) *Teatro, prazer e risco. Retratos sociológicos de atores e encenadores portugueses*, Lisboa: Roma Editora.

Borges, V. (2014) “Reputação, mercado e território. O caso dos arquitetos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 74, pp. 73-92. DOI:10.7458/SPP2014743201.

Borges, V. (2015) “Le théâtre se fait dans le quartier. Une étude des troupes portugaises à vocation locale”, *Revue Registres*, n.º18, Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.

Borges, V., Costa, P., Graça, S. (2012) “Dilemas económicos e desafios organizacionais nas artes performativas: uma análise empírica das estruturas teatrais apoiadas na região de Lisboa e Vale do Tejo”, in V. Borges e P. Costa (org.), *Criatividade e Instituições: Novos desafios à vida dos artistas e profissionais da cultura*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 183-202.

Borges, V., Costa, P., Graça, S. (2014). “Trabalhar (n)os grupos de teatro: Das potencialidades e desafios de uma investigação nas artes”, *Análise Social*, nº 213, XLIX (4º), pp.955-968.

Borges, V., Lima, T. (2014). “Apoio público, reconhecimento e organizações culturais: O caso do teatro”, *Análise Social*, nº 213, XLIX (4º), Dossier: Desvendando o Teatro. Criatividade, Públicos e Território, pp. 926-952.

Costa, P., Borges, V., Graça, S. (2014) “Structural change and diversity in theatrical groups: an empirical study in the Lisbon Area”, *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol. 13, n.º 1, <http://pjss.iscte.pt/index.php/pjss/article/view/146>.

Dimaggio, P. (1987), “Classification in art”, *American Sociological Review*, vol. 52, pp. 440-455.

Garcia, J.L. (coord.). (2014) *Mapear os recursos, levantamento da legislação, caracterização dos atores, comparação internacional*, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais, Secretaria de Estado da Cultura.

Greffé, X., Plieger, S. (eds.) (2005) *Culture and Local Development, Local Economic and Employment*. OECD Publishing. doi: 10.1787/9789264009912-en.

Jackson, M.R., Herranz Jr, J. (2002) *Culture counts in communities. A framework for measurement. Culture, Creativity, and Communities Program*. The Urban Institute, Washington DC.

Jackson, M.R., Kabwasa-Green, F., Herranz, J. (2006) *Cultural Vitality in communities: Interpretation and indicators. Culture, Creativity, and Communities Program*. The Urban Institute, Washington DC.

Johanson, K., Glow, H., Kershaw, A. (2014) “New modes of arts participation and the limits of cultural indicators for local government”, *Poetics*, 43, pp. 43-59.

Johanson, K., Kershaw, A., Glow, H., (2014) “The Advantage of Proximity: The Distinctive Role of Local Government in Cultural Policy”, *Australian Journal of Public Administration – Research and Evaluation*, vol. 73, nº 2, pp. 218-234.

Lopes, J. T. e Dias, S. J. (2014) “O público vai ao teatro”: uma etnografia dos públicos em ação”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 74, pp. 51-72.

McCarthy, K. F., Ondaatje, E., Zakaras, L., Brooks, A. (2004) *Gifts of the Muse. Reframing the Debate About the Benefits of the Arts*. Research in the Arts: The Wallace Foundation.

Ragin, C. e Becker, H (1992) *What is a case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*, Cambridge, Cambridge University Press.

Sinigaglia, J. (2013) “Quel(s) territoire(s) pour les équipes artistiques de spectacle vivant”, *Culture Études*, n.º 4, Département des études, de la prospective et des statistiques.

Ubaldi, B. (2013) “Open Government Data: Towards Empirical Analysis of Open Government Data Initiatives”, OECD Working Papers on Public Governance, n.º 22, OECD Publishing, <http://dx.doi.org/10.1787/5k46bj4f03s7-en>.

Urrutiaguer, D. (2014) *Les mondes du théâtre. Désenchantement politique et économie des conventions*, Paris, L’Harmattan.

WEBGRAFIA

Borges, V., Lima, T. (2014) “Investimento nas artes em 2013”, disponível em <http://www.dgartes.pt/documentacao/boletimtrimestral01.pdf>.

Borges, V., Lima, T. (2014) “Internacionalização das estruturas culturais portuguesas 2012-2014”, disponível em <http://www.dgartes.pt/documentacao/boletimtrimestral02.pdf>.

Borges, V., Lima, T. (2014) “Os apoios tripartidos nas artes”, disponível em <http://www.dgartes.pt/documentacao/boletimtrimestral03.pdf>.

Vital Signals. 2014. Cultural indicators for Australia, disponível em http://www.dca.wa.gov.au/Documents/New%20Research%20Hub/Vital%20Signs%20consultation%202014/Documents/Vital_Signs_Report.pdf.

Direção Geral das Artes, <http://www.dgartes.pt>.

Direção Regional da Cultura do Alentejo, <http://www.cultura-alentejo.pt>.

Direção Regional da Cultura do Algarve, <http://www.culturalg.pt>.

Direção Regional da Cultura do Centro, <http://www.culturacentro.pt>.

Direção Regional da Cultura do Norte, <http://www.culturanoorte.pt>.